

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: QUEM É FORMANDO E FORMADOR, OU SEJA, QUEM ESTÁ ENSINADO E QUEM ESTÁ APRENDENDO?

CRISTINA ANGÉLICA AQUINO DE CARVALHO MASCARO¹ - FAETEC/UERJ
ELISABETE SARMENTO² - FAETEC

Introdução:

O presente trabalho se insere no contexto de uma experiência, em andamento, no qual estamos focalizando o alunado de uma escola especial que atende alunos com deficiência intelectual, levando em consideração que esta modalidade de atendimento se encontra em processo de ressignificação frente às mudanças do contexto educacional atual. Pretendemos abordar, especificamente, um dos aspectos em que a escola em questão está reformulando, que é referente à temática da preparação dos alunos em relação à transição para a vida adulta. Sendo assim, pretendemos investigar as perspectivas em relação a esse tema para os alunos matriculados no ciclo III da unidade escolar que vivencia a primeira experiência em relação a implementação de cursos de Formação Inicial e Continuada.

A intenção é contribuir com a produção de conhecimento na área de Educação Especial, particularmente no que se refere à formação profissional da pessoa com deficiência intelectual, o que poderá abrir caminhos para uma melhor inclusão social da mesma. Ressaltando também, que consideramos um grande desafio para nós, educadores, a perspectiva de que os anos passados na escola possam constituir uma etapa importante na construção do futuro dos alunos. Dessa forma constatamos a importância da produção de pesquisas que se voltem para as possibilidades da escolaridade do aluno com deficiência intelectual em relação ao seu futuro profissional.

Tendo em vista que desde a década de 1990, a Educação Inclusiva vem sendo uma questão prioritária para legisladores, gestores de políticas, pesquisadores, educadores de modo geral, acreditamos que, no contexto educacional inclusivo, abrem-se novas perspectivas de inclusão social para estes alunos. Dessa forma, torna-se relevante investigar de que maneira a escola especial pode atuar no desenvolvimento de ações que promovam efetivamente a inserção social, visto que a formação profissional é uma etapa determinante neste processo na vida de qualquer jovem, porém traduz-se de forma primordial quando se refere à pessoa com deficiência.

Oliveira, Pinto e Souza (2003) ao investigarem as expectativas e preocupações de alunos do último ano do Ensino Fundamental, de uma escola privada, em relação à entrada no Ensino Médio e à escolha profissional, concluíram que, independente dos contextos sociais, os jovens da amostra estudada (sendo importante destacar que o estudo não se refere ao público de pessoas com deficiência) compartilhavam sentimentos de angústia, dúvida e indecisão nessa fase da vida. Os autores recomendam neste estudo que as escolas abram espaço para o debate sobre a temática, para que os alunos possam enfrentar de uma melhor forma os problemas

¹ Pedagoga com Habilitação em Educação Especial – Especialização em Psicopedagogia e Gestão Pedagógica – Cursando o Mestrado em Educação na UERJ. Endereço: Rua Francisco Dantas, 85 bloco 02 apto 402. Freguesia. Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22753-045. E-mail: cristinamascaro@hotmail.com

² Professora do Ensino Fundamental I com curso de Extensão em Educação Especial. Endereço: Rua Clarimundo de Melo, 847. Quintino. Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21311-280. E-mail: betysarmento@hotmail.com

característicos desta fase da vida. Também pontuaram a necessidade de começar mais cedo a orientação vocacional dos jovens, uma vez que foi evidenciado que o processo educacional pouco tem preparado o jovem para o futuro profissional.

Ainda sobre este tema, Camarano, Pazinato, Kanso e Viana (2003) analisaram 20 anos (de 1981 a 2001) do processo de transição para vida adulta em no Brasil e concluíram que um ponto crítico é a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Cabe ressaltar que o estudo não foi específico da população com deficiência, e sim um estudo da população brasileira nesta fase da vida.

Analisando as especificidades da transição para a vida adulta, Vieira (2008) pontuou que este é um momento-chave do curso de vida de todos, sendo uma fase marcada por importantes mudanças, como: a passagem de estudante para trabalhador, de solteiro para casado (ou em relação estável), de filho (a) para pai ou mãe. Todas essas mudanças estão de alguma forma ligadas ao contexto econômico e cultural no qual o jovem está inserido. Sendo assim, este período é vivenciado de diferentes formas pelos jovens e, segundo autora, pode ser entendido como um “segundo nascimento” quando é preciso que o jovem se defina, adquira e consolide posições e papéis sociais por si mesmo. Isto é, em algum momento, o indivíduo deixa de ser caracterizado pela dependência e necessidade de suportes, ascendendo para uma nova condição de emancipado e autônomo.

Sendo assim, os estudos apresentados corroboram com a afirmação de que, se a escola enfrenta dificuldades para preparar o jovem considerado normal, ou seja, o jovem sem deficiência, tal processo encontra-se mais complexo quando relacionado especificamente a jovens que possuem uma deficiência. Levando em conta que o presente estudo tem como foco a transição para a vida adulta de alunos com deficiência intelectual, é importante destacar que as características específicas que a pessoa com este tipo de deficiência, podemos concluir o quanto pode ser conturbada e conflituosa essa fase da vida; não só para ela, mas também para suas famílias. Sendo válido lembrar a importância do papel da escola que é considerada a instituição responsável por preparar e encaminhar o aluno, seja ele deficiente ou não, nesta importante etapa da vida.

É importante também destacar que pessoas com deficiências têm sido excluídas do mercado de trabalho por vários motivos: falta de qualificação para o trabalho, falta de reabilitação profissional e física, falta de escolaridade, falta de meios de transporte e apoio das famílias e quando existe um programa para a qualificação, ele é distante das necessidades reais do mercado de trabalho (SASSAKI, 1997; ARAUJO, 2008). Aliado aos motivos citados, não podemos subestimar o preconceito e as barreiras atitudinais que prejudicam ainda mais este processo.

As reflexões oriundas desta experiência traduziram-se no projeto de pesquisa apresentado por uma das autoras para o ingresso ao Programa de Pós-graduação na UERJ em 2010, na linha de Pesquisa Educação Inclusiva e Processos Educacionais: práticas pedagógicas, cultura escolar e aspectos psicossociais, sob orientação da Prof. Dr.^a Rosana Glat.

A temática da transição para a vida adulta de pessoas com deficiência intelectual suscita a investigação sobre os caminhos possíveis que favoreçam o desvelamento das problemáticas inerentes a esse processo. Pensando nesta perspectiva, é importante entender que

(...) não há uma única forma de conhecimento válido. Há muitas formas de conhecimento, tantas quantas as práticas sociais que as geram e sustentam (...). Práticas sociais alternativas gerarão formas de conhecimento alternativas. Não

reconhecer estas formas de conhecimento implica deslegitimar as práticas sociais que as sustentam e, neste sentido, promover a exclusão social dos que as promovem (SANTOS,1999, p. 328).

Sobre o tema da transição para a vida adulta, *A Declaração de Salamanca* utilizada como referência para subsidiar nossas políticas públicas educacionais, entre suas proposições, coloca que:

Jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Escolas deveriam auxiliá-los a se tornarem economicamente ativos e provê-los com as habilidades necessárias ao cotidiano da vida, oferecendo treinamento em habilidades que correspondam às demandas sociais e de comunicação e às expectativas da vida adulta.(...) O currículo para estudantes mais maduros e com necessidade educacionais especiais deveria incluir programas específicos de transição, apoio de entrada para a educação superior sempre que possível e consequente treinamento vocacional que os prepare a funcionar independentemente enquanto membros contribuintes em suas comunidades e após o término da escolarização. Tais atividades deveriam ser levadas a cabo com o envolvimento ativo de aconselhadores vocacionais, oficinas de trabalho, associações de profissionais, autoridades locais e seus respectivos serviços e agências (UNESCO, 1994).

Entre os documentos legais nacionais que revelam a preocupação com a inserção da pessoa com deficiência no trabalho, destacamos a *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 que assegura o direito à educação profissional visando integrar socialmente o adolescente e o adulto com deficiência (BRASIL, 1988). Ainda, no que se refere à educação profissional, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96) – que no seu inciso IV assegura:

Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. (BRASIL, 1996)

A Declaração de Salamanca, a Constituição Federal de 1988, assim como a LDB, entre outras diretrizes, consideram a escola como a instituição responsável por coordenar ações que façam com que o aluno com necessidades educacionais especiais seja auxiliado no processo de inserção na vida adulta.

Também é importante citar o Decreto nº 3298 de 20/12/99 (BRASIL, 1999) sobre a *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*, que, em seu artigo 28 – parágrafo 1, afirma que a educação profissional da pessoa com deficiência deverá ser oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e no ambiente de trabalho. Destacamos também, a Lei Federal 8.213/91 de 24/07/91 (BRASIL, 1991), que é conhecida como a “Lei de Cotas” porque prevê a contratação de 2% a 5 % de pessoas com deficiência³ em empresas com mais de cem funcionários, sendo

³ O percentual a ser aplicado deve estar de acordo com o número total de empregados da empresa contratante.

proibido qualquer ato discriminatório em relação ao salário ou critério de admissão associado à deficiência da pessoa.

Apesar de nosso país ter todo um aparato legal, de acordo com Araújo (2008), a inclusão social de pessoas com deficiências só será de fato, assegurada, a partir do momento em que for cumprida a ordem social que dá prioridade para o trabalho. A legislação deve procurar efetivar a promoção de bem-estar e a justiça social, porém isso só acontecerá com o cumprimento da mesma. O dia-a-dia das instituições de Educação Especial de nosso país tem revelado inúmeros problemas em relação à educação dos alunos com deficiência, principalmente quanto aos programas de preparação para o trabalho. Noronha e Ambiel (2006) estudaram a produção científica da área de orientação profissional e ressaltaram que apesar de terem encontrado trabalhos sobre o tema desde a década de 1950, foi só a partir dos anos 1990 que houve um crescimento da divulgação de artigos teóricos, publicações e pesquisas. De acordo com os autores, a prática profissional é uma das atividades de maior importância para um adulto, porém na adolescência é que se intensificam as identificações, aptidões e perspectivas de futuro.

Fogli (2010) realizou um estudo sobre a implementação da política de inclusão na Rede FAETEC (*locus* do presente projeto), que tem a proposta da formação profissional como um meio possível de inclusão do aluno com deficiência na sociedade. A autora identificou que, ao longo do processo de construção da política de inclusão na instituição, as experiências de inserção na formação profissional do aluno com deficiência intelectual obtiveram baixo êxito, e sugeriu ampliação dos estudos nesta área⁴.

Método:

O objetivo geral deste estudo é realizar uma reflexão crítica sobre as perspectivas relacionadas ao processo de transição para vida adulta desses alunos. A intenção é discutir caminhos e alternativas pedagógicas que colaborarem com o desenvolvimento de estudos sobre a temática no cenário educacional brasileiro. Sendo objetivos específicos:

- Analisar as experiências e práticas da unidade escolar em relação à transição para a vida adulta dos alunos através da observação participante e análise da matriz curricular de um curso de formação inicial e continuada, que é denominada *Auxiliar de Serviços Gerais*.
- Investigar as expectativas de professores/funcionários, alunos matriculados nesse curso e de seus familiares em relação ao papel da escola nos aspectos relacionados a transição para a vida adulta.
- Com base nos dados coletados, realizar uma análise diagnóstica da unidade escolar no que tange à preparação dos alunos em relação à transição para a vida adulta, buscando verificar a coerência do currículo e das práticas escolares em relação às expectativas de profissionais, pais e alunos em relação ao curso desenvolvido.

O local do presente estudo é a Escola Especial Favo de Mel⁵, uma unidade da Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC) órgão subordinado à Secretaria de Ciência e Tecnologia

⁴ Com vistas a alterar este quadro, a referida instituição vem investindo em pesquisas sobre o trabalho e as pessoas com deficiência, buscando encontrar possibilidades de inclusão laboral e social para estes alunos. Uma dessas iniciativas foi o projeto *Suporte a Inclusão Social de Jovens e Adultos* da Fundação de Apoio à Escola Técnica parceria com o Programa de Pós-Graduação da UERJ e o Programa Integrando da Academia Brasileira de Ciências durante 2009 e 2010.

⁵ Unidade escolar reconhecida por seu trabalho de qualidade desde 1996 com um atendimento especializado e diferenciado para alunos com deficiência Intelectual. No ano de 1998, a Escola Especial Favo de Mel, foi

do Estado do Rio de Janeiro. A escola obteve seu funcionamento autorizado em 23 de outubro de 1996 por meio da aprovação do Conselho Estadual de Educação (Parecer nº 269/96 do Diário Oficial), ela oferece educação e formação profissional para alunos com deficiência intelectual. Atualmente, a EE Favo de Mel encontra-se subordinada à Diretoria de Articulação Institucional da Educação – (DAIE)⁶ e vinculada à Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional – (DIVIN)⁷.

A E.E. Favo de Mel serve de campo de estágio, pesquisa e/ou prática profissional para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Psicologia, Pedagogia e Educação Física, das redes pública e privada. Nosso corpo docente é formado por professores graduados e em sua maioria pós-graduados, habilitados em Educação Especial, tendo alguns o curso de mestrado. São no total São 21 professores e 06 instrutores.

Com o intuito de estar em consonância com a atual Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que orienta que na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial devam possibilitar a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social, iniciou-se em 2009 este processo na Escola Especial Favo de Mel. Sendo assim, como parte das primeiras ações, foi iniciado, em outubro de 2009, o processo de criação de um Centro de Apoio a Educação Profissional (CAEP). Atualmente a unidade oferece no Ciclo III (jovens e adultos) os seguintes cursos de formação inicial continuada:

- Auxiliar de Serviços Gerais: O aluno poderá atuar exercendo a função de auxiliar na rotina de limpeza e manutenção da mesma em diferentes ambientes de trabalho.
- Cumim: O aluno poderá atuar exercendo a função de ajudante de garçom.
- Auxiliar de Jardinagem: O aluno poderá atuar exercendo a função de auxiliar de jardinagem na manutenção de jardins e áreas verdes.
- Reprografia: O aluno poderá atuar exercendo a função de operador de máquina reprográfica e encadernador de produção de blocos e apostilas nas mais variadas atividades do mercado reprográfico.
- Auxiliar de Cozinha: O aluno poderá atuar exercendo a função de auxiliar nas diversas atividades de uma cozinha.

certificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o Selo de Qualidade ISO 9.002 e premiada pelo Programa Qualidade Rio/ Gestão Rumo a Excelência. Em 1999, 2000 e 2001 manteve a certificação pela ABNT. Em 2000 recebeu o Prêmio Qualidade Rio, categoria Bronze e em 2001 o Certificado de Reconhecimento em Qualidade do Serviço Público, do Governo Federal. Em setembro de 2002, conquistou o primeiro lugar no Estado do Rio de Janeiro – Prêmio Gestão Escolar promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, UDIME, UNESCO, Fundação Roberto Marinho, entre outras, e com o apoio da UNICEF.

⁶ A DAIE, é uma diretoria vinculada a Vice-Presidência da Educação da rede FAETEC, tem a função de incluir políticas e ações conjuntas as instâncias que formam a sua base, de modo a facilitar o fluxo das atividades pedagógicas e administrativas desempenhadas pelas mesmas.

⁷ A DIVIN tem por característica ser um setor de apoio as Unidades Escolares, perpassando assim todos os segmentos de ensino, no que refere-se a garantia de direitos e aplicação da legislação educacional vigente.

- Contínuo: O aluno poderá atuar no auxílio de serviços administrativos em empresas e instituições públicas.

Sujeitos:

Serão sujeitos focais deste estudo pesquisa: a professora/instrutora do curso de Auxiliar de Serviços Gerais, os alunos desta turma e demais profissionais envolvidos com o desenvolvimento deste curso.

De acordo com Gonzaga (2006), existe uma contribuição da própria cultura acadêmica, desde as séries iniciais, para que não ocorra o fomento da pesquisa como parte essencial do processo de formação dos alunos. Há um culto ao enciclopedismo que incrementa pseudoleituras com foco na memorização de informações. Para este autor, este tipo de formação vai nos influenciar diretamente quando temos que, como pesquisadores, sistematizar os estudos realizados, o que incide numa inquietação e indefinição na escolha e legitimação do método que adotamos.

Com esta preocupação e inquietação, buscamos em Lüdke e André (1986) uma definição de pesquisa para nortear o trabalho. Tais autoras nos dizem que pesquisa é promoção de confronto entre dados, evidências, informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Quando pesquisamos determinado tema, criamos uma ocasião privilegiada de elaborar conhecimento sobre aspectos de uma determinada realidade. Levando em conta que a opção por uma metodologia está intimamente ligada ao objeto a ser investigado e aos objetivos que se quer atingir, escolhemos para esse trabalho desenvolver uma pesquisa qualitativa.

Dentre as abordagens de pesquisa qualitativa, o aporte metodológico que utilizaremos será o *estudo de caso*. Este, segundo Chizzotti (2006), é uma estratégia de investigação que objetiva reunir dados relevantes, de forma a possibilitar um conhecimento mais amplo, dissipar dúvidas quanto a ações posteriores. Sendo assim, para o autor, o estudo de caso:

...envolve a coleta sistemática de informações sobre uma pessoa particular, uma família, um evento, uma atividade ou, ainda, um conjunto de relações ou processo social para melhor conhecer como são ou operam em um contexto real e, tendencialmente, visa auxiliar na tomada de decisão, ou justificar intervenções, ou esclarecer por que elas foram tomadas ou implementadas e quais foram os resultados (CHIZZOTTI, 2006, p.135).

De acordo com André (2005), o estudo de caso vem sendo usado há muito tempo nas diferentes áreas do conhecimento, tendo sua origem na Sociologia e Antropologia com o objetivo de realçar as características e atributos da vida social. Na Educação, os estudos de caso surgem nos manuais de metodologia de pesquisa das décadas de 1960 e 1970 num sentido muito estrito destinando-se a explorações iniciais de uma temática para levantamento de informações e hipóteses para estudos futuros. Segundo a autora, essa visão de estudo de caso inspirou pesquisadores da área de educação, porém o que se realizavam eram estudos pontuais que retratavam superficialmente uma realidade, tendo “pouca exploração dos dados em termos de suas relações com o contexto em que foram produzidos e dos significados a eles atribuídos pelos sujeitos envolvidos” (ANDRÉ, 2005, p.14). Dessa forma, não atendem aos princípios das abordagens qualitativas que constituem os fundamentos do estudo de caso.

Diante do exposto, André (2005) aponta o estudo de caso do tipo etnográfico, que surgiu recentemente na literatura educacional como uma adaptação da etnografia ao estudo de caso

educacional. Sendo válido ressaltar que nem todos os tipos de estudo de caso se incluem na perspectiva etnográfica. Sintetizando a ideia de vários autores, André (2005) revela que um estudo de caso do tipo etnográfico em educação deve ser usado quando:

- Há interesse em conhecer uma instância em particular.
- Pretende-se compreender essa instância, assim como a complexidade e a totalidade da mesma.
- Busca-se retratar o dinamismo de uma situação numa forma próxima do acontecimento natural.

Pletsch, Fontes e Glat (2009), refletindo sobre o uso da abordagem etnográfica e seus procedimentos de coleta de dados em pesquisas sobre o cotidiano de escolas no contexto da Educação Inclusiva, consideram que a etnografia é um instrumento de grande aplicabilidade para realizar estudos focados em grupos socialmente excluídos ou estigmatizados. Neste tipo de abordagem, busca-se entender o ponto de vista de tais grupos sobre a realidade que vivenciam. Nas palavras das autoras,

...uma característica essencial da etnografia que é a de possuir uma estratégia de pesquisa aberta, ou seja, seu rigor metodológico deve permitir a revisão de suas perguntas iniciais, reformulando-as em parte ou substituindo-as totalmente, à luz das conclusões que o pesquisador vai construindo a partir de sua entrada em campo. Em segundo lugar, a abordagem etnográfica combina diferentes métodos de coleta, nos quais se destacam a observação direta das atividades grupais e as entrevistas com os informantes do grupo. (p.69)

Este trabalho se enquadra no perfil de um estudo de caso do tipo etnográfico em educação. Tal afirmação pode ser evidenciada uma vez que é uma pesquisa que busca desvelar entraves em um fenômeno contemporâneo, a transição para a vida adulta de jovens com deficiência intelectual, alunos de uma escola especial. A proposta é potencializar a voz desses alunos, assim como da unidade escolar diante da temática através de entrevistas e observações participantes.

Duas fases da pesquisa acontecerão de forma concomitante. A primeira serão entrevistas semiestruturadas com professores, instrutores e profissionais, alunos e familiares do curso de Auxiliar de Serviços Gerais com a intenção de investigar as expectativas dos mesmos em relação ao papel da escola nos aspectos relacionados à transição para a vida adulta. As entrevistas serão gravadas e transcritas textualmente, tendo como base um roteiro que será diferenciado para os professores/instrutores/funcionários, para os pais e para os alunos.

A segunda fase será a observação participante, com registros em diários de campo com a intenção de colher informações sobre como a escola está construindo o processo de ressignificação com a implementação de cursos de formação inicial e continuada para os alunos matriculados no curso visando a criação de uma oportunidade que favoreça o processo transição para a vida adulta dos alunos. Também serão analisadas a matriz curricular do referido curso.

Para coleta dos dados será utilizado o registro em diário de campo, de acordo com Pletsch (2009) e Glat (2011), com observações sobre o desempenho dos alunos, características das atividades propostas, e outros eventos significativos.

Para analisar os dados será construído um conjunto de categorias descritivas conforme indicam Lüdke e André (1986) tendo como base o referencial teórico e as leituras e releituras do material coletado. Será levado em conta que: “é preciso que o pesquisador vá além,

ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo à discussão já existente sobre o assunto focalizado” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.49). A categorização por si só não esgotará a análise dos dados. A intenção é realizar uma análise que busque desvelar diferentes dimensões sobre o tema estudado.

Resultado:

Este trabalho se refere a uma experiência inovadora tanto para instituição especializada como para toda a FAETEC e considerando que este é um estudo em andamento, apresentamos reflexões relevantes como resultados iniciais começando por um ponto muito polêmico para estruturação dos cursos de formação inicial e continuada na rede para um público específico que são os alunos da Escola Especial da rede. A FAETEC tem como missão a formação profissional em diferentes cursos e níveis, porém no âmbito da Educação Especial, nunca foi pensado essa formação de forma mais específica. Iniciou-se em 2007 por meio do fomento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-FAPERJ um primeiro projeto elaborado pela equipe gestora e funcionários (professores, instrutores e profissionais do quadro administrativo) para implementação dos primeiros cursos. Porém a estruturação física do espaço por si só não daria conta dos desafios da proposta, quando surge a questão relativa à escolha de profissionais para lidar diretamente com os alunos durante a sua formação inicial e continuada. Quem seria esse profissional, um especialista em Educação Especial que se tornaria um instrutor ou um instrutor que se tornaria um especialista? A bidocência seria uma opção? Que caminhos seriam percorridos no sentido de responder tais indagações? Neste trabalho buscamos o recorte específico dessa experiência no curso de Auxiliar de Serviços Gerais.

A partir da entrevista realizada com a professora do curso de Auxiliar de Serviços Gerais que foi contratada para atuar na primeira turma do curso, a mesma revela como esse processo se desenvolveu no seu caso específico. A profissional ao ingressar na escola para exercer a função de instrutora de Serviços Gerais, apesar de possuir uma experiência de 28 anos com regência de turma especiais no município do Rio de Janeiro e ter além de sua formação em Magistério da Séries Iniciais (o que seria atualmente a regência de turmas da primeira parte do Ensino Fundamental) e um curso de extensão em Educação Especial com um ano de duração no Instituto Helena Antipoff, não possuía nenhuma experiência sobre ensino profissionalizante.

A profissional então sentiu a necessidade de buscar conhecimentos para atuar com os alunos nesta nova etapa de formação, ou seja, uma busca por uma nova formação para a instrutora e também uma busca para passar uma nova formação para os alunos. Pesquisando sobre o assunto a instrutora relata que buscou um curso teórico e prático de treinamento em Serviços Gerais numa empresa denominada Nova Rio que é responsável pela prestação de serviços na área de limpeza e conservação há mais de 24 anos no estado do Rio de Janeiro.

Durante sua participação no curso, a instrutora entrou em contato com o Serviço Social da empresa com o objetivo de solicitar uma visita ao espaço com seus alunos da Escola Especial Favo de Mel. A instrutora revelou que o interesse pela atividade com os alunos foi mútuo, marcaram uma data. O encontro foi muito positivo, os alunos demonstraram muito interesse na palestra oferecida aos mesmos no referido encontro e os palestrantes da empresa também relataram ter gostado muito da atividade.

Sendo assim ao final do encontro, foi agendada uma visita da responsável pelo Serviço Social à escola, desse encontro surgiu os primeiros passos de uma parceria entre a escola e a empresa em relação a formação dos alunos neste segmento profissional. Pensou-se na implementação de um *Laboratório de Serviços Gerais* na escola com apoio da empresa.

A equipe da escola (direção pedagógica e supervisão) com apoio da diretoria responsável pela escola na rede, a DAIE, iniciou junto a responsável do Serviço Social da empresa o processo relativo a parte de questões burocrática e protocolares sobre a parceria.

Após esses trâmites oficiais, a escola reservou o espaço físico para montar o laboratório, que é o espaço onde acontecem as aulas prática do curso, e a empresa ofereceu todo o material necessário para que o laboratório funcionasse, desde os equipamentos como os materiais de consumo. A parceria firmada entre a escola e a empresa tem a duração de cinco anos, podendo ser renovada após esse primeiro momento.

Sendo assim a instrutora foi organizando suas aulas tendo como norteador a matriz curricular elaborada pela equipe da escola, os conhecimentos adquiridos ao longo de sua experiência como professora de educação especial e os conhecimentos proporcionados pelo curso na empresa. Além da montagem do laboratório, a instrutora montou uma agenda de visitas técnicas com os alunos na empresa para complementar a formação dos alunos.

O curso, com duração de quatro módulos semestrais encontra-se hoje no início do quarto módulo e encontramos ainda alguns possíveis entraves em relação à transição para a vida adulta dos alunos após a conclusão dos cursos questões, a partir de relatos nas entrevistas com professores, instrutores, profissionais da escola e pais como:

- um maior investimento em um trabalho com enfoque na habilidades sociais dos alunos necessárias ao convívio no ambiente de trabalho;
- a questão do *Benefício de Prestação Continuada* que se refere a um salário mínimo mensal pago às pessoas idosas com 65 anos ou mais, conforme o estabelecido no Art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – o Estatuto do Idoso, e às pessoas portadoras de deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho que torna-se um entrave na decisão das famílias em ter que abdicar de uma renda mínima oficial e ter que conviver com a possibilidade de que seus filhos com deficiência intelectual possam ser demitidos e eles passem por situações difíceis para poderem ter novamente direito a este benefício.
- potencialização da dinâmicas relativas ao ensino habilidades em relação ao domínio de locomoção em diferentes espaços;
- busca de possibilidades de um trabalho sistemático como os alunos em relação ao domínio de conhecimento e utilização do sistema monetário. Entre outros.

Os itens apresentados são apenas uma pequena mostra do estudo em andamento, há com certeza outras questões que serão aprofundadas, porém acredito que é significativo nos termos a novas formas de formação continuada dos professores neste novo contexto para que alunos com deficiência intelectual tenham acesso a uma educação de qualidade que favoreça a sua inclusão social.

Conclusões:

Considerando que “a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso” (FREIRE, 2005, p.41), pensamos ser importante que exista um projeto de educação que esteja em consonância com o respeito aos direitos sociais de todos, independente das pessoas possuírem determinadas especificidades que as tornam diferentes das demais. Entendemos que cabe à escola a função de promover uma educação para todos os alunos dentro deste princípio: valorizando o respeito ao homem na transmissão do saberes histórica e culturalmente acumulados, promovendo a inclusão social.

Pretendemos, com este estudo, configurar uma nova perspectiva sobre o papel da escola no processo da transição para a vida adulta de alunos com deficiência intelectual através do levantamento das questões relevantes sobre tema estudado.

Os resultados esperados com essa pesquisa, considerando que propostas educacionais não são viáveis a partir de conhecimentos isolados, pois é aproximação do conhecimento científico e metodologias de trabalho dos professores no cotidiano do currículo escolar da instituição que fazem com que elas aconteçam, a intenção é que a escola, a partir do seu processo de ressignificação, possa oferecer uma formação que favoreça a efetiva transição para a vida adulta dos alunos. Sendo assim que possíveis entraves revelados em relação a formação dos alunos possam ser usados como fonte de pesquisas para a busca de possibilidades de desvelos para os mesmos.

É importante que, a escola, preocupe-se em oferecer um currículo que tenha, além de conteúdos acadêmicos formais, também um currículo com enfoque relativo às questões da orientação vocacional do jovem com deficiência intelectual, tornando possível a ampliação da probabilidade de inclusão laboral e, conseqüentemente, inclusão social desses alunos. A intenção é que os anos passados por este jovem na instituição tenham um valor significativo para sua inserção no mundo adulto. No sentido da experiência relatada aqui, fica a proposição inicial de neste processo de ressignificação tantos os alunos como os professores e demais profissionais estão aprendendo juntos novas formas de aquisição de conhecimentos.

Referências:

- ANDRÉ, M. E.D.A. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- ARAÚJO, E.A.C. *Deficiência Mental, suporte comunitário e transição para o trabalho*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES PRODOC, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. *Lei Federal nº8213/1991*. Dispõe sobre a apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, disciplina a atuação do Ministério Público, define critérios e dá outras providências. 1991
- _____. *Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, v.134, nº248, 22 de dez. de 1996.
- _____. *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora da Deficiência*. Decreto nº3.298, de 20 de dezembro de 1999. MEC/SEESP, 1999.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial*, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

- CAMARANO, A. A.; PAZINATO, M. T; KANSO, S.;VIANNA, C. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, N°21. Rio de Janeiro: IPEA. 2003.
- CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- GONZAGA, A. M. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, S. G. et al (Org.). *Pesquisa em Educação: alternativas com objetos complexos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOGLI, B.F.C. dos S. *A dialética da inclusão em educação: uma possibilidade em um cenário de contradições – “um estudo de caso sobre a implementação da política de inclusão para alunos com deficiência na rede de ensino FAETEC*. 185 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2010.
- FONTES, R.S; PLETSCHE, M.D.; BRAUN, P.; GLAT, R. Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência mental no ensino regular. In: GLAT, R. (org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, Rio de Janeiro, p. 79-96, 2007.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GLAT, R. A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: diretrizes políticas e ações pedagógicas. *Relatório Científico PROCENCIA (2008-2011)*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.,1986.
- NORONHA, A.P.P. e AMBIEL, R.A.M. Orientação profissional e vocacional: análise da produção científica. *Psico-USF*, v. 11, n. 1, p. 75-84, jan./jun. 2006.
- OLIVEIRA, M.C.; PINTO, R.G., & SOUZA, A S. Perspectivas de futuro entre adolescentes: Universidade, trabalho e relacionamentos afetivos na transição para a vida adulta. *Temas em Psicologia da SBP*, 11, p.16-27. 2003.
- PLETSCH, M.D. *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2009.
- SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SASSAKI, R.K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.
- VIEIRA, J.M. Transição para a vida adulta em distintos contextos de desenvolvimento: Brasil e Espanha em perspectiva. In: *III Congresso da Associação Latino Americana de População*, ALAP: Córdoba - Argentina, setembro de 2008.